

## GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO

**Estudo Técnico Preliminar 121/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 67617.012241/2026-71

**2. Introdução**

2.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, constituindo importante instrumento para realização de políticas públicas e atendimento das necessidades administrativas. Nesse contexto, o adequado planejamento das contratações possibilita maior eficiência administrativa, economicidade e melhor aplicação dos recursos públicos, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

2.2. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação destinada à aquisição de itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene pessoal, visando atender à visita de inspeção de autoridades que permanecerão hospedadas no Hotel Vila Helena, com apoio institucional do CRCEA-SE.

2.3. A contratação possui caráter essencial e estratégico, considerando a necessidade de adequação de 10 (dez) quartos para recepção das autoridades durante a visita oficial prevista para o mês de julho de 2026, garantindo condições adequadas de hospedagem, conforto, higiene, funcionalidade, ambientação e apresentação institucional compatíveis com a relevância da atividade oficial.

2.4. Entre os itens previstos na contratação encontram-se materiais destinados à composição e padronização dos ambientes, incluindo itens de cama, banho, apoio e quadros decorativos, visando proporcionar melhor ambientação visual e maior adequação dos quartos destinados às autoridades visitantes.

2.5. O quantitativo de 10 (dez) unidades para determinados itens decorre diretamente da quantidade de quartos que serão preparados para hospedagem das autoridades durante a visita institucional.

2.6. O quantitativo de 50 (cinquenta) unidades previsto para os kits de higiene pessoal justifica-se pela necessidade de constituição de estoque mínimo operacional no Hotel Vila Helena, destinado a reposições imediatas, atendimento de demandas extraordinárias e continuidade do apoio institucional prestado pelo CRCEA-SE.

2.7. A presente aquisição encontra respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 75, inciso II, da mesma norma, considerando tratar-se de contratação de pequeno valor, cujo montante estimado perfaz R\$ 10.489,10 (dez mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dez centavos), estando abaixo do limite legal para dispensa de licitação.

2.8. Além da compatibilidade econômica da contratação, a adoção da dispensa de licitação justifica-se pela necessidade de celeridade processual, em razão da proximidade da visita institucional programada para julho de 2026, sendo imprescindível garantir a disponibilidade dos materiais em prazo hábil para preparação das acomodações.

2.9. A ausência da contratação poderá comprometer a adequada recepção das autoridades visitantes, prejudicando as condições mínimas de hospedagem, o apoio institucional prestado pelo CRCEA-SE e a imagem administrativa da organização perante os participantes da visita oficial.

2.10. A solução proposta mostra-se adequada, proporcional e vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, planejamento, interesse público, razoabilidade e economicidade previstos na legislação vigente.

**3. Descrição da necessidade**

3.1. O presente processo visa à aquisição de itens de hotelaria destinados à estruturação e adequação de 10 (dez) quartos do Hotel Vila Helena, os quais serão utilizados para hospedagem de autoridades durante visita de inspeção apoiada pelo CRCEA-SE.

3.2. A contratação objetiva assegurar condições adequadas de acomodação, higiene, conforto e apresentação institucional, observando padrões mínimos de qualidade compatíveis com a recepção oficial de autoridades.

- 3.3. Os itens a serem adquiridos contemplam materiais de cama, banho, apoio, decoração e kits de higiene pessoal, necessários ao pleno atendimento das demandas de hospedagem durante o período da visita institucional, incluindo quadros decorativos destinados à ambientação dos quartos e melhoria da apresentação visual dos ambientes.
- 3.4. Destaca-se que os itens previstos em quantitativo de 10 (dez) unidades correspondem diretamente à quantidade de quartos que serão preparados para recepção das autoridades.
- 3.5. Adicionalmente, o item referente aos kits de higiene pessoal, previsto em quantitativo de 50 (cinquenta) unidades, justifica-se pela necessidade de manutenção de estoque mínimo operacional no Hotel Vila Helena, visando reposições imediatas, atendimento de demandas extraordinárias e continuidade do apoio institucional prestado pelo CRCEA-SE.
- 3.6. A ausência da contratação poderá comprometer a adequada recepção das autoridades visitantes, prejudicando o apoio institucional, a imagem institucional do órgão e as condições mínimas necessárias à hospedagem oficial.
- 3.7. A Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, opta pela realização da contratação mediante Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.8. O baixo valor estimado da contratação mostra-se compatível com o limite legal estabelecido para dispensa de licitação, conforme previsão legal vigente.
- 3.9. A contratação visa garantir a preparação prévia e adequação dos ambientes destinados à hospedagem oficial, assegurando condições apropriadas de funcionalidade, conforto e apresentação institucional.
- 3.10. A solução pretendida busca assegurar padronização mínima dos quartos destinados às autoridades, proporcionando uniformidade visual e adequação dos ambientes utilizados durante a visita institucional.
- 3.11. Os quantitativos foram definidos com base na quantidade de quartos a serem preparados, bem como na necessidade de manutenção de estoque mínimo operacional para atendimento de demandas supervenientes.
- 3.12. A contratação pretendida apresenta compatibilidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.
- 3.13. A presente demanda não configura fracionamento indevido de despesa, tratando-se de necessidade específica, autônoma e devidamente planejada para atendimento da finalidade institucional identificada.
- 3.14. Foram observadas as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à formalização da demanda, estimativa de preços, justificativa da contratação e demonstração do interesse público envolvido.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Membro da Equipe de Planejamento	Cap Fernanda
Membro do Planejamento	Ten Santos
Membro do Planejamento	Soldado Lima Dias

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. Os materiais apresentados deverão atender às seguintes exigências:
- a) possuir garantia mínima de 1 (um) ano, quando aplicável, contada a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, devendo a contratada prestar toda a assistência técnica necessária durante o período de garantia, em conformidade com o preconizado no Código de Defesa do Consumidor;
  - b) não apresentar falhas de fabricação, defeitos, avarias ou desconformidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, devendo os itens defeituosos ser substituídos pela contratada, sem quaisquer custos adicionais para a Administração;
  - c) ser novos, sem uso anterior, acondicionados em embalagens apropriadas, devidamente lacradas e em perfeitas condições de conservação;
  - d) ser entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais e, quando aplicável, dos respectivos Termos de Garantia, sob pena de recusa do recebimento.
- 5.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

5.3. O local de entrega dos materiais será o Hotel de Trânsito Vila Helena – CRCEA-SE, situado no seguinte endereço:

Av. dos Imarés, nº 111 – Moema – São Paulo/SP – CEP 04028-000.

5.4. As entregas deverão ocorrer durante o horário de expediente da Organização Militar, observando-se os seguintes períodos:

a) de segunda-feira a quinta-feira, das 13h às 18h; e

b) às sextas-feiras, das 08h às 11h.

5.5. O responsável pelo recebimento dos materiais será o solicitante da demanda, Cap Bonani, que poderá ser contatado pelo telefone (12) 98100-9150.

5.6. A garantia dos produtos consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como demais normas aplicáveis.

5.7. A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais entregues com defeito, avarias, danos ou incompatibilidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.8. Nos casos de substituição de materiais defeituosos, a reposição deverá ocorrer por item com especificações técnicas iguais ou superiores, desde que previamente aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.9. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental e boas práticas de responsabilidade socioambiental, em conformidade com:

a) Lei nº 14.133/2021;

b) Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;

c) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010; e

d) Decreto nº 7.746/2012.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. Foram realizadas pesquisas de mercado em plataformas especializadas de contratações públicas, Banco de Preços e sítios eletrônicos especializados, observando-se contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública para aquisição de itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene destinados à hospedagem institucional e apoio administrativo.

6.2. Verificou-se que a solução mais adotada pela Administração Pública consiste na aquisição direta dos materiais, considerando tratar-se de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, de especificação padronizada e pronta entrega.

6.3. A pesquisa de mercado demonstrou ampla competitividade entre fornecedores, permitindo a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado e adequados à realidade da contratação pretendida.

6.4. Constatou-se que a aquisição dos materiais apresenta maior vantajosidade para a Administração sob os aspectos econômico, operacional, logístico e temporal, especialmente em razão da necessidade de disponibilização célere dos itens para preparação das acomodações destinadas às autoridades visitantes.

6.5. A realização de procedimento licitatório convencional mostraria baixa eficiência administrativa diante do reduzido valor estimado da contratação e da necessidade de atendimento tempestivo da demanda institucional.

6.6. A solução escolhida permite maior flexibilidade administrativa, redução de custos indiretos do processo de contratação e simplificação dos procedimentos de aquisição, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

6.7. Considerando a natureza comum dos itens pretendidos, não se identificou necessidade de adoção de soluções tecnicamente complexas, personalizadas ou que demandem prestação continuada de serviços associados.

6.8. A contratação pretendida apresenta plena viabilidade técnica e operacional, sendo suficiente para atender às necessidades institucionais relacionadas à adequação dos quartos do Hotel Vila Helena destinados à hospedagem das autoridades durante a visita de inspeção.

6.9. A solução proposta também contribui para melhoria das condições de ambientação, conforto, higiene e apresentação institucional dos ambientes utilizados para hospedagem oficial, observando padrões mínimos compatíveis com a finalidade administrativa da contratação.

## 7. Descrição da solução como um todo

- 7.1. A solução consiste na realização de Dispensa de Licitação para aquisição de itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene pessoal destinados à adequação de 10 (dez) quartos do Hotel Vila Helena, bem como à manutenção de estoque operacional para atendimento das demandas institucionais relacionadas à hospedagem oficial.
- 7.2. A contratação permitirá a adequada preparação das acomodações destinadas às autoridades visitantes, assegurando melhores condições de conforto, higiene, funcionalidade, ambientação e apresentação institucional dos ambientes.
- 7.3. A solução proposta proporcionará padronização mínima dos quartos, incluindo a disponibilização de itens de cama, banho, apoio e decoração, contribuindo para maior uniformidade visual e adequação dos espaços utilizados durante a visita institucional.
- 7.4. A contratação também possibilitará a manutenção de estoque estratégico de kits de higiene pessoal, destinado a reposições imediatas, atendimento de demandas extraordinárias e continuidade do apoio institucional prestado pelo CRCEA-SE.
- 7.5. A escolha da dispensa de licitação encontra fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, fixado em R\$ 10.489,10 (dez mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dez centavos), montante inferior ao limite legal estabelecido para contratação direta.
- 7.6. Além do critério econômico, a contratação direta mostra-se necessária diante da proximidade da visita oficial prevista para julho de 2026, sendo imprescindível garantir celeridade processual e disponibilidade tempestiva dos materiais necessários à preparação das acomodações.
- 7.7. Considerando a natureza comum dos bens pretendidos, a solução adotada apresenta plena viabilidade técnica, operacional e logística, permitindo pronta aquisição no mercado com ampla competitividade entre fornecedores.
- 7.8. A solução proposta mostra-se adequada e suficiente para atendimento da necessidade administrativa identificada, sem gerar custos excessivos ou complexidade desnecessária ao processo de contratação.
- 7.9. A contratação observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e interesse público, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1. As quantidades estimadas foram definidas com base na necessidade administrativa identificada pelo CRCEA-SE para adequação de 10 (dez) quartos destinados à hospedagem de autoridades no Hotel Vila Helena durante visita institucional prevista para julho de 2026.
- 8.2. Os itens de hotelaria, cama, banho, apoio e decoração destinados à composição e padronização dos quartos foram estimados em quantitativos compatíveis com a quantidade de acomodações que serão preparadas, observando-se a necessidade de garantir condições adequadas de conforto, funcionalidade, higiene e apresentação institucional.
- 8.3. Os itens destinados à ambientação dos quartos, incluindo quadros decorativos, foram dimensionados em quantitativos suficientes para promover padronização visual mínima e melhoria das condições de apresentação dos ambientes utilizados para hospedagem oficial.
- 8.4. Os kits de higiene pessoal foram estimados em 50 (cinquenta) unidades, considerando a necessidade de constituição e manutenção de estoque mínimo operacional no Hotel Vila Helena, destinado a reposições imediatas, atendimento de demandas extraordinárias e continuidade do apoio institucional prestado pelo CRCEA-SE.
- 8.5. As quantidades previstas mostram-se compatíveis com a demanda identificada, não havendo excessos que possam caracterizar aquisição desnecessária ou incompatível com a finalidade administrativa da contratação.
- 8.6. Os quantitativos estimados foram definidos com observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, buscando assegurar o adequado atendimento da necessidade institucional com utilização racional dos recursos públicos.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 10.489,10

9.1. A pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública constitui elemento essencial para avaliação dos custos envolvidos nos processos de contratação, bem como procedimento obrigatório de planejamento previsto na legislação vigente e amplamente reforçado pela jurisprudência e pelos órgãos de controle.

9.2. Na formação do preço estimado dos itens objeto da presente contratação, realizou-se pesquisa de preços em plataforma especializada de apoio às contratações públicas, bem como em fontes complementares de mercado, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.3. O art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, estabelece os parâmetros que poderão ser utilizados para fins de determinação do preço estimado em processos de contratação pública destinados à aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

9.4. A pesquisa de preços foi elaborada em conformidade com os seguintes parâmetros previstos na referida norma:

a) aquisições e contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa;

b) dados obtidos em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados e páginas de domínio amplo, contendo informações atualizadas e compatíveis com os itens pretendidos, observando-se o intervalo temporal permitido pela norma.

9.5. Com o objetivo de conferir maior segurança, celeridade e confiabilidade ao processo de formação de preços, foi utilizada plataforma especializada de pesquisa mercadológica voltada às contratações públicas, ferramenta amplamente empregada para apoio aos gestores administrativos na obtenção de preços referenciais.

9.6. A utilização da plataforma permite maior eficiência na consolidação das informações de mercado, além de proporcionar rastreabilidade dos dados coletados, padronização metodológica e redução do tempo necessário para realização das cotações.

9.7. O relatório emitido pela plataforma apresenta valores de mercado compatíveis com o objeto da contratação, contendo informações suficientes para demonstrar a viabilidade econômica dos preços estimados, encontrando-se devidamente juntado aos autos processuais.

9.8. O valor estimado da contratação mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

9.9. O montante estimado para a contratação enquadra-se nos limites estabelecidos pelo art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a realização da contratação mediante dispensa de licitação.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1. A contratação será realizada por itens, permitindo maior competitividade entre fornecedores, ampliação da participação do mercado e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, em observância aos princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

10.2. O critério de julgamento por item mostra-se adequado em razão da natureza dos materiais pretendidos, os quais possuem características comuns e ampla disponibilidade no mercado fornecedor.

10.3. Apesar da adoção da contratação por itens, a entrega dos materiais deverá ocorrer em remessa única, considerando a necessidade de preparação integral e simultânea das acomodações destinadas à hospedagem das autoridades antes da visita institucional prevista para julho de 2026.

10.4. A entrega única possibilitará maior controle administrativo, conferência dos materiais, padronização dos ambientes e organização logística da montagem dos quartos do Hotel Vila Helena.

10.5. Não se mostra vantajoso o parcelamento das entregas, tendo em vista que eventual fracionamento poderá comprometer o cronograma de preparação das acomodações, dificultar a organização operacional e prejudicar a disponibilidade simultânea dos materiais necessários à ambientação dos quartos.

10.6. A solução adotada atende aos princípios da eficiência, planejamento, razoabilidade e interesse público, assegurando maior efetividade na execução da contratação e adequada preparação dos ambientes destinados à hospedagem institucional.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Não se aplica ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para viabilização da entrega e utilização dos bens pretendidos.

11.2. Os itens objeto da contratação possuem natureza comum, autonomia funcional e possibilidade de utilização imediata após o recebimento, não demandando aquisições complementares, serviços acessórios ou adaptações específicas para atendimento da finalidade administrativa pretendida.

11.3. Dessa forma, conclui-se que a contratação mostra-se suficiente, de forma isolada, para atender às necessidades relacionadas à adequação dos quartos do Hotel Vila Helena destinados à hospedagem das autoridades durante a visita institucional.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA nº 11-1, de 06 de março de 2019, que dispõe sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, estabelece em seu item 2.7.8.1 que atividade consiste em conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada e suportadas por recursos humanos, materiais e financeiros, destinadas ao atendimento dos processos administrativos, técnicos e operacionais necessários ao funcionamento das organizações militares e ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

12.2. O item 2.7.8.3 da referida Diretriz destaca a necessidade de priorização dos recursos institucionais, de forma a assegurar o efetivo funcionamento das Organizações Militares e dos Sistemas da Aeronáutica, garantindo à Força Aérea Brasileira a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão constitucional.

12.3. Nesse contexto, observa-se que a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes administrativas estabelecidas pela DCA nº 11-1/2019, especialmente no que se refere à manutenção das condições adequadas de apoio administrativo e hospedagem institucional vinculadas às atividades desenvolvidas pelo CRCEA-SE.

12.4. A aquisição dos itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene pessoal destinados à adequação dos quartos do Hotel Vila Helena mostra-se compatível com as necessidades operacionais e administrativas da Organização Militar, contribuindo para adequada recepção das autoridades durante a visita de inspeção prevista para julho de 2026.

12.5. A contratação também guarda compatibilidade com os princípios de planejamento, eficiência, racionalização de recursos e continuidade administrativa previstos na sistemática de gestão institucional da Aeronáutica.

12.6. No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, as despesas decorrentes do presente processo encontram-se em conformidade com o inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.7. A presente contratação não se caracteriza como criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique aumento permanente de despesa pública, tratando-se de demanda administrativa pontual destinada ao atendimento de necessidade institucional específica.

12.8. Dessa forma, a contratação pretendida mantém compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se as disposições legais aplicáveis à gestão fiscal e à responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. A contratação proporcionará adequação das acomodações destinadas às autoridades visitantes, assegurando melhores condições de conforto, higiene, funcionalidade e apresentação institucional dos ambientes utilizados para hospedagem oficial.

13.2. A aquisição dos itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene pessoal contribuirá para melhoria das condições de hospedagem institucional oferecidas pelo Hotel Vila Helena, promovendo maior padronização e organização dos quartos preparados para recepção das autoridades.

13.3. A contratação possibilitará fortalecimento da imagem institucional do CRCEA-SE, demonstrando adequado planejamento administrativo, capacidade de apoio logístico e preparação compatível com a relevância da visita de inspeção prevista.

13.4. A solução adotada proporcionará maior eficiência logística e operacional no suporte à visita institucional, permitindo disponibilização tempestiva dos materiais necessários à preparação integral das acomodações.

13.5. A constituição de estoque mínimo operacional de kits de higiene pessoal permitirá maior capacidade de atendimento a demandas futuras, reposições imediatas e suporte contínuo às atividades de hospedagem institucional desenvolvidas pelo Hotel Vila Helena.

13.6. A utilização da contratação direta, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, proporcionará maior celeridade administrativa, simplificação processual e redução de custos operacionais relacionados ao procedimento de contratação.

13.7. A solução proposta também contribuirá para observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando adequada aplicação dos recursos públicos e atendimento da necessidade administrativa identificada.

## **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. Compete à Administração acompanhar e fiscalizar todas as etapas relacionadas à execução da contratação, observando o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo administrativo.

14.2. A Administração deverá definir e disponibilizar o local adequado para entrega dos materiais adquiridos, garantindo condições apropriadas para recebimento, conferência e armazenamento dos itens.

14.3. Caberá à Administração fiscalizar o recebimento dos materiais, verificando quantitativamente e qualitativamente os produtos entregues pela contratada.

14.4. A Administração deverá verificar a conformidade dos itens recebidos com as especificações técnicas previstas no processo de contratação, podendo recusar materiais que apresentem defeitos, avarias, desconformidades ou incompatibilidade com o objeto contratado.

14.5. Compete à Administração providenciar a organização, distribuição e preparação dos quartos do Hotel Vila Helena antes da chegada das autoridades visitantes, assegurando adequada ambientação, funcionalidade e disponibilidade dos materiais adquiridos.

14.6. A Administração deverá comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas durante o recebimento ou utilização dos materiais, adotando as providências necessárias para substituição, correção ou regularização dos itens, quando cabível.

14.7. Caberá ainda à Administração manter o acompanhamento da execução contratual, observando os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público durante toda a vigência da contratação.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

15.1. A contratada deverá empregar materiais, produtos e equipamentos que atendam, sempre que aplicável, a critérios de sustentabilidade ambiental, segurança, durabilidade, eficiência e qualidade, de modo a gerar menor impacto ambiental, redução de resíduos e diminuição do desperdício de recursos.

15.2. A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, bem como no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

15.3. Deverão ser adotadas boas práticas de sustentabilidade ambiental baseadas na otimização de recursos, racionalização do consumo e redução da poluição ambiental, observando-se, sempre que possível:

a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

b) substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade;

c) utilização de produtos de limpeza, conservação e higiene que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

d) racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

e) adoção de práticas destinadas à redução da geração de resíduos sólidos;

f) descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, promovendo, quando cabível, coleta seletiva, reutilização, reciclagem e logística reversa;

g) utilização de embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, sempre que disponíveis no mercado.

15.4. A contratada deverá observar, durante a execução da contratação, as práticas de sustentabilidade previstas na legislação vigente e nas normas aplicáveis à Administração Pública Federal, no que couber ao objeto contratado.

15.5. As exigências relacionadas à sustentabilidade ambiental também se encontram previstas e detalhadas no Termo de Referência da contratação, integrando as condições de execução do objeto.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta Equipe de Planejamento declara viável a contratação para aquisição de itens de hotelaria, cama, banho, decoração e kits de higiene pessoal destinados ao atendimento da visita de inspeção de autoridades hospedadas no Hotel Vila Helena, com apoio institucional do CRCEA-SE.

16.2. A contratação mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e economicamente viável, atendendo às necessidades administrativas identificadas para preparação e adequação de 10 (dez) quartos destinados à hospedagem oficial das autoridades visitantes.

16.3. A solução proposta apresenta compatibilidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e interesse público, observando as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

16.4. A contratação permitirá melhoria das condições de hospedagem institucional, adequação dos ambientes utilizados durante a visita oficial, fortalecimento do apoio logístico prestado pelo CRCEA-SE e manutenção das condições mínimas necessárias à recepção das autoridades.

16.5. Considerando os estudos realizados, as pesquisas de mercado efetuadas e a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, conclui-se pela viabilidade da contratação mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JESSYKA FERNANDA ALVES FLORENTINO**

Agente de contratação

**CRISLENE SANTOS DE JESUS**

Membro da comissão de contratação

**TAISSA COSTA MARQUES DIAS**

Membro da comissão de contratação



**CRISTIANE APARECIDA EVANGELISTA**

Agente de Controle Interno

**LUIZ EDUARDO DE FRANCA SCOVINO**

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar ETP
Data/Hora de Criação:	18/05/2026 19:01:59
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	862ce0a9e55a74e68a9d3416652ff487
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento TAISSA COSTA MARQUES DIAS no dia 21/05/2026 às 14:35:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten CRISLENE SANTOS DE JESUS no dia 21/05/2026 às 14:42:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JESSYKA FERNANDA ALVES FLORENTINO no dia 21/05/2026 às 15:31:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAVID LEITE CARRILHO no dia 21/05/2026 às 17:22:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ EDUARDO DE FRANÇA SCOVINO no dia 21/05/2026 às 18:21:53 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO